

divulgação do conhecimento que proporcione o aumento da capacidade de intervenção da corporação policial.

O terceiro artigo *Fundamentos Criminológicos do Risco Informático* de Waldemar Paulo da Silva José, que aponta os riscos e a criminalidade informática mostrando características de um acto ilegal de carácter transnacional que o distanciam do crime tradicional e próximo de um crime não convencional ou, de um novo tipo, de um bem jurídico difuso, atendendo que torna complexo o processo de individualização e responsabilização do autor do facto e de seus participantes.

O quarto artigo *A polícia como promotora dos direitos humanos*, de Silva Augusto Martins, cuja discussão permitiu compreender os desafios da Polícia Nacional na actualidade, sobretudo na promoção dos Direitos Humanos, bem como os procedimentos adaptados pelos agentes, no que tange à defesa da legalidade democrática, respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos, os vários instrumentos legais na actuação policial face a promoção dos direitos, visando sempre na contínua modernização e desenvolvimento da Polícia Nacional.

Quinto artigo *Necessidade da Ética e Deontologia Policial como pressuposto primordial para segurança pública* de Joaquim Baptista Agostinho na perspectiva de compreender a importância da ética e deontologia policial, bem como as atitudes susceptíveis de manchar a imagem da organização. As teorias obtidas permitiram ao pesquisador aforir o grau de necessidade da disciplina de ética para a formação do efectivo, pressuposto importante para a manutenção da ordem e tranquilidade pública, garantindo deste modo o sentimento de segurança do cidadão.

Alvaney Zage Chilandunda

1.

Os cenários e concepções policiais como prática profissional para formação de competências científicas e laborais no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais.

Luís da Fonseca Cadete¹

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem sobre análise dos cenários e concepções policiais como prática profissional para formação de competências científicas e laborais com vista a elaboração de propostas que visam melhorias na formação profissional de cadetes no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais. Para o alcançar, recorreu-se as pesquisas bibliográficas, exploratórias, quanto aos métodos usou-se análise de conteúdos e síntese. Na base da reflexão feita, os resultados revelam que os cenários e concepções da prática policial estão voltados para os actuais contornos que apresenta a criminalidade. Porém, é no contacto directo com a actividade profissional que surge a vocação pela profissão.

Palavras-chave: Prática Profissional, Prática Policial, Formação de Competência.

¹ Doutorado em Ciências Pedagógicas, Pós-graduado em Direcção Estratégica de Enfrentamento pelo Instituto Superior Eliseu Royo Rodríguez/Cuba. Licenciado em Ciências da Educação na opção de Pedagogia, pelo Instituto Superior de Ciências de Educação/ISCED-Luanda.

Introdução

A reflexão sobre os cenários e concepções policiais como prática profissional para formação de competências, científicas e laborais no ISPC (Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais) "justifica-se pelo facto das novas dinâmicas andragógicas terem como foco a formação cognitiva, profissional e social do estudante.

O tema é relevante, pois, para dar respostas ao conjunto das suas missões, o ISPC deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, naquilo que Jacks Delors chamou de quatro pilares da educação que serão, de algum modo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente, aprender a viver junto, a fim de participar e cooperar com os outros em todas actividades humanas, finalmente aprender a ser, via que integra os três antecedentes.

O tema é actual, porquanto o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente para o aprender a conhecer e em menor escala para o aprender a fazer. Esta forma de ensino tradicional cerrado aos muros das escolas é incompatível com o nascente desenvolvimento tecnológico, as exigências de um novo policial, flexível, atento às mudanças de seu tempo. Dessa forma, as atenções do ISPC voltam-se para um ensino que tenha como foco o aprender a fazer, assente na prática policial como prática profissional.

A abordagem proposta traz como ponto positivo o pensamento voltado para a formação profissional responsável pela eficácia e pela eficiência das organizações na medida em que, ao incutir novos saberes e competências aos cadetes formados nesta instituição de ensino policial, a produção e a qualidade dos serviços policiais

umentem, resultando maior rentabilidade e qualidade no produto final que é a garantia do sentimento de segurança e a manutenção do serviço de ordem.

A formação não pode ser vista como uma ferramenta para fazer face à determinadas necessidades e dar-se como concluída a sua intervenção. A formação deve, indubitavelmente, acompanhar a evolução da sociedade, dos indivíduos, das organizações e, efectivamente, dar resposta às necessidades que surgem em cada um destes contextos. Nesta perspectiva, o presente artigo objectiva responder a seguinte questão: até que ponto as aptidões no sentido científico laboral, estão relacionadas com as práticas profissionais para formação de competências?

Percurso metodológico

Para atingir a meta preconizada recorreu-se ao método de análise e síntese. O processo de análise permitiu a decomposição do todo em suas partes e o da síntese permitiu a reconstituição do todo decomposto pela análise. A utilização deste método foi necessária, visto que, o objectivo central da pesquisa foi a de analisar os cenários e concepções da prática policial, entretanto, partiu-se de questões gerais, estudando, numa primeira instância, os cenários e concepções da prática policial de forma genérica para posteriormente, se cingir na relação da prática profissional com as competências no sentido científico e laboral dos cadetes do ISPC.

Para o presente trabalho, optou-se por uma observação participante, que consistiu na observação activa ou real do ISPC. Neste caso, a observação participante constituiu a técnica pela qual se chegou ao conhecimento do fenómeno de estudo. A pesquisa

bibliográfica foi desenvolvida a partir de matéria já elaborada, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Nesta senda, foram recolhidas informações nas obras já publicadas (Silva e Menezes, 2006).

1.1. Cenários e concepções da prática Policial

Os actuais contornos que apresenta a criminalidade em Angola, bem como o *modus-operandi* dos criminosos que se resume, essencialmente, em: homicídios voluntários, roubos, furtos, violações ofensas corporais voluntárias, sinistralidade rodoviária e imigração ilegal são cenários que influenciam o contexto operativo que os estudantes do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais não podem estar alheios.

Parte-se da percepção que os cadetes devem ser envolvidos em estágios (prática policial) direccionados na busca de competências que serão utilizadas de forma imediata no processo de trabalho, o que possibilita o estabelecimento de objectivos docente realizados e avaliados no próprio trabalho no contexto dos procedimentos de combate a criminalidade. Deste modo, estagiam em Divisões, Esquadras e Postos Policiais que estão na primeira linha de enfrentamento a criminalidade.

Porém, as práticas profissionais espreitam os estudantes na componente, aprender a fazer, uma vez que esta está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional (Delors, 2012). O processo de formação dos profissionais de polícia implica a obrigação de forma coerente de três dimensões: instrutiva, desenvolvidora e educativa.

Interessa reflectir a dimensão desenvolvidora, cuja essência consiste no vínculo entre o estudo e o trabalho, tem como objectivo garantir, desde o currículo, o domínio do modo de actuação profissional apto para o seu desempenho na sociedade.

Diante dessa premissa, Esteves (2004, p. 9) argumenta que “o papel da escola supera a simples condição de mera transmissora de conhecimento”. Sendo assim, faz-se necessário que o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais repense sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade da sociedade; tem como tarefa árdua direccionar os estudantes/cadetes para que aprendam a conviver em sociedade, para que tenha uma vida plena e realizada, além de formar o profissional contribuindo para a melhoria da actuação policial na sociedade.

A essência da actividade prática é o ensino aprendizagem, ou seja, é o conhecimento teórico prático de como garantir que a aprendizagem se realize em consequência da actividade de ensinar. Envolve, portanto, o conhecimento do objectivo, o estabelecimento de finalidade e a intervenção no objecto para que a realidade seja transformada, enquanto realidade social. Isto é, a realidade precisa de ser compreendida, enquanto determinada por uma realidade histórica social.

A actividade teórica é que possibilita, de modo indissociável, o conhecimento da realidade e o estabelecimento de finalidades para sua transformação. Mas, para produzir tal transformação não é suficiente a actividade teórica é preciso actuar praticamente, por conseguinte, para que se configure verdadeiramente a unidade entre a teoria e a prática, nesta cosmovisão, é necessário o conhecimento (teórico – prático) da realidade existente por parte da equipa da escola (professores e coordenadores).

Este é uma condição essencial para que o projecto do curso seja, efectivamente, interdisciplinar, para que se possa identificar a inserção das diferentes disciplinas nas actividades curriculares dentre elas o estágio.

A formação policial consiste em transmitir conhecimentos e habilidades, bem como valores comportamentais e atitudes para educar o polícia em matéria de segurança interna e defesa da população. Na República de Angola, a formação policial faz parte de uma estratégia da Direcção do Comando Geral da Polícia Nacional, para dotar os membros da corporação de conhecimentos, aptidões e comportamentos necessários ao desempenho com eficácia das suas funções.

Por isso, é importante dividir a nível internacional que as ciências policiais integram os conhecimentos científicos aplicados a função policial, tratando-se de um conjunto de conhecimentos ordenados sistematicamente em forma de leis, princípios categorias e métodos, resultado da análise e investigação científica e policial dos factos para encontrar a verdade e conseguir dar resposta aos problemas de segurança interna do País e a tranquilidade da convivência social da comunidade.

Porém, é necessário estar preparado para uma investigação científica que sirva de apoio à formação de competência profissional aos futuros quadros da Polícia Nacional em formação no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais.

Defendo-se o princípio de que a investigação científica e a prática laboral são uma estratégia dentro da formação superior, pois, trata-se de um dos fortes condutores do curso que é o princípio do vínculo estudo-trabalho. Neste particular, deve-se prestar atenção ao desenvolvimento coerente dos processos e as operações do

pensamento lógico, como base das habilidades profissionais do formando. É decisivo o treinamento da capacidade complexa de aprender a aprender e aprender a fazer.

Pretende-se com este argumento dar a contribuição com fundamentos científicos à organização dos conteúdos práticos de investigação científica laboral para o futuro profissional do Ensino Superior de Ciências Policiais, reveste-se de grande importância para Polícia Nacional, porque visa proporcionar aos efectivos a oportunidade de adquirir informações e habilidades para as utilizar de modo funcional, reflectir sobre ele e aplicá-los em novas situações.

Uma prática sem teoria, obviamente descambará no empirismo, porém, pretende-se encontrar pressupostos científicos que sejam o suporte para a formação de competências, habilidades de investigação laboral, visando o exercício profissional dos polícias. Por isso, afirma-se que o mais importante não é dar ao formando um grande volume de informações, mas sim promover o desenvolvimento integral e harmonioso dos formandos, envolvendo as áreas cognitivas, afectivas e psicomotoras.

Para formação de competências profissionais, é necessário que o Instituto Superior de Ciências Policiais adopte uma didáctica profissional baseada na teoria do desenvolvimento e destinada a prática e ao planeamento da formação, esta didáctica levará a uma diferenciação da categoria de conhecimento, sobretudo sob o prisma do conhecimento prático e dos conceitos práticos e, também, enquanto base para investigação no domínio específico da formação profissional.

A prática policial não pode estar dissociada do rigor científico que impõe a ciência policial, pois que, as dificuldades que forem encontradas podem ser solucionadas por meio de investigação

científico-profissional, dirigidos para a análise da situacionalidade de tarefas e processos de trabalho profissional.

Faz-se recurso a Le Boterf (2001), que distingue profissões simples e profissões complexas (profissão policial), define esta última, como aquelas profissões em que o profissional deve enfrentar o desconhecido e a mudança permanente.

Na actividade policial sempre se registam aumento da complexidade dos problemas a tratar, o carácter incerto do contexto do trabalho (enfrentamento a criminalidade), as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias e pelas novas formas de organização de trabalho, a evolução dos sistemas de valor e as aspirações dos indivíduos, são aspectos aduzidos para alicerçar a tese de que a eficácia do trabalho não consente que o profissional simplesmente se limite a executar instruções que lhe sejam dadas, é preciso que o profissional de polícia perante a complexidade do assunto, use toda a sua experiência e habilidades para o cumprimento exitoso da missão.

Deste modo, é importante que os profissionais de polícia adquiram competências para a execução de tarefas complexas, competências estas, que se resumem no seguinte: saber agir com pertinência; saber mobilizar num dado contexto; saber combinar; saber transpor; saber aprender; saber aprender a aprender; saber empenhar-se.

De igual modo, é necessário entender aquilo que um indivíduo, num primeiro momento, por falta de competências desenvolvidas, ainda não sabe, acaba por ser aprendido na confrontação com a tarefa, o que vem desencadear nele desenvolvimento de competências.

Por isso, defende-se uma didáctica de formação profissional orientada para o trabalho, para um formando no início da sua formação profissional. As novas tarefas e situações marcam o ponto de partida de uma evolução da identidade profissional e da competência técnica, sendo necessário três conceitos para o seu desenvolvimento teórico: o de aprendizagem profissional (1), o de trabalho profissional (2) e o de cooperação profissional (3).

1.2. Relação da prática profissional com as competências científicas e laborais

Assigura-se, neste contexto, o citado segundo o qual a prática é o critério da verdade. Neste contexto, a UNESCO definiu os quatro pilares da educação, direccionando a escola do século XXI a realizar acções didácticas que suscitem o interesse do educando para o mundo científico-cultural e desperte os seus gostos profissionais.

É no contacto directo com a vida que pode surgir a vocação pela Biologia. Os mecânicos só surgirão nas aulas práticas de tecnologia e os historiadores, quando o modo habitual de estudar História for a análise e a crítica de documentos, do mesmo modo os bons polícias só surgirão com a actividade prática de enfrentamento, pois, a actividade policial só é teórica na planificação, toda a sua execução é prática (cf Miranda e Echevarria, 2017).

Para o séc. XXI, a UNESCO propõe uma educação direccionada nos quatro pilares fundamentais: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser* (Delors, 2012).

No pilar aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, sem dúvida, representa um dos maiores desafios da actualidade. O

mundo actual está repleto de violência, em oposição à esperança que alguns têm no progresso da humanidade.

Sobre isto, Delors (2012, p. 70) explica, que é de se louvar a ideia de ensinar a não violência, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para se combater os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, naturalmente, os seres humanos têm a tendência de super valorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem e a alimentar preconceitos em relação aos outros. Por outro lado, o clima geral de concorrência que actualmente caracteriza a actividade económica no interior de cada país e, sobretudo, no nível internacional, tende a dar prioridade a espírito de composição e ao sucesso individual.

De facto, essa competição resulta, na actualidade, em uma guerra económica implacável e em uma tensão entre os mais e os menos favorecidos, que divide os países do mundo e exacerba as rivalidades históricas. É de se lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar esse clima, devido a uma má interpretação da ideia de emulação.

Esta essência concretiza-se em duas ideias básicas ou reitoras de carácter instrutivo: aprender a trabalhar, durante a sua permanência na escola; utilizar o método da ciência, como método fundamental do ensino aprendizagem e trabalho.

Em consequência, o processo formativo tem de ser fundamentalmente laboral e investigativo. O estudante educa-se como resultado da sua preparação para trabalhar, fazendo uso da metodologia de investigação científica como instrumento básico para fazer mais eficiente o seu trabalho, assim é que o processo de ensino aprendizagem envolve conhecimentos teóricos e práticos, porque é uma actividade intencional que exige conhecimentos,

estabelecimento de objectivos, planeamento e intervenção para atingir a sua finalidade.

Neste contexto, o aprender a fazer tem a finalidade de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipa. Mas, também, aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos estudantes; quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional; quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho (Delors, 2012).

Como já se fez referência, aliás, recorrendo aos estudos de Miranda e Echevarria (2017) afirmam que é no contacto directo com a prática que nascem as vocações, porém, se a actividade policial é prática, então esta não deve ser secundarizada no âmbito da formação policial, não se quer com isto transformar o ISPCP numa escola prática de polícia, mas sim, adequar o ensino em conformidade com as exigências do Ministério do Ensino Superior, segundo o qual as aulas, no ensino superior, devem ter carácter teóricos, teórico-prático e prática.

Esta visão relaciona-se com as dinâmicas para educação propostas pela UNESCO para o séc. XXI assentes nos quatros pilares descritos acima e uma delas é que o aluno/estudante deve aprender a fazer, este tipo de aprendizagem só é efectiva se os docentes tiverem como base as aulas teórico-práticas e práticas.

O pilar aprender a fazer, apresentado de forma explicita está ligado ao mundo do emprego e à formação profissional que se constituem no mundo hoje. Nesta esteira, Lyotard (1986) ressalta que as instituições de ensino, especialmente as universidades, são

chamadas a formar competências e não ideias. Ele relaciona, dessa forma, o saber produzido no interior das academias ao mercado.

Esta reflexão permite diferenciar o ensino pedagógico do ensino andragógico, sendo que o ensino pedagógico tem o seu maior foco na formação de crianças e o andragógico na formação de adultos, formação esta concebida para o mercado de trabalho.

Choga-se, assim, a ideia central deste artigo, que é a relação das aptidões no sentido científico laboral com a prática profissional para formação de competências. Leva-se em conta que as competências profissionais só surgirão se a didáctica de formação do polícia assentar em bases andragógicas, ou seja, uma formação voltada para os cenários e concepções da prática policial como prática profissional para formação de competências no sentido científico e laboral.

Considerações Finais

No percurso realizado, neste artigo, foi possível analisar cenários e concepções policiais como prática profissional para formação de competências científicas e laborais com vista a elaboração de propostas que visam melhorar a formação profissional de cadetes no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais. Priorizou-se discussões sobre os cenários e concepções policiais e a relação da prática profissional com as competências científicas e laborais.

Na base das reflexões feitas, os resultados comprovam que os cenários e concepções da prática policial estão voltados para os actuais contornos que apresenta a criminalidade. Os cenários influenciam o contexto operativo que os estudantes do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais não se podem alhear.

Os dados revelam ainda que existe relação da prática profissional com as competências científicas laborais, pois, é no contacto directo com a actividade profissional que pode surgir a vocação pela profissão. Assim, os bons policiais só surgirão nas aulas práticas e nas actividades prática de enfrentamento.

Conclui-se que as aptidões, no sentido laboral, estão relacionadas com as práticas profissionais para formação de competência, uma vez que é a partir da actividade prática que o estudante ganha o gosto pela profissão; é na actividade prática onde se denota as competências dos educandos.

Nesta cosmovisão, propõe-se que os docentes prestem maior atenção nas aulas teórico-práticas e práticas; que seja formada uma aldeia táctica dentro do ISPCP, para que, além dos estágios prático-profissional, os cadetes, dentro do ISPCP, possam ter aulas simuladas, sobretudo, relacionadas com disciplinas de carácter policial, como

por exemplo os Modelos de Policiamentos, o Trânsito, a Tática das Forças de Segurança e outros afins.

Referências Bibliográficas

- Delors, J. (org.). (2012). *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. 7ª Edição. Paris: Editora Cortez.
- Esteves, M. J. (2004). *A terceira revolução educacional: A educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo: Editora Moderna.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Edição. São Paulo: Editoras Atlas S.A.
- Le Boterf, G. (2001). *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Brasil: Editora penso.
- Liotard, J.F. (1986). *O pós-moderno*. Tradução de Ricardo Correia Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Miranda, F. S. & Echevaria, H. R. (2017). *Aplicação da Didáctica no Ensino Superior*. Luanda: Mayamba editores.
- Osorio, A. (2003). *Educação Permanente e Educação de Adultos*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Silva, E. L. da e Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4ª Edição. Florianópolis: UFSC.

2.

Dinâmica da formação policial e sua influência na implantação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais de Angola

Morais Quifica Samuel Matulo²

RESUMO

Este artigo teve como objectivo explorar a dinâmica da formação policial e sua influência na implantação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais de Angola. A metodologia utilizada foi correspondente à pesquisa bibliográfica, consubstanciada na revisão de livros, periódicos e sites de internet. Os resultados apontam que desde a independência de Angola em 1975, a Polícia Nacional procurou sempre garantir formação das suas forças, o que lhes permitiu enfrentar o desafio do contexto histórico de actuação. Com o alcance da paz no ano de 2002 e na necessidade de enfrentar os problemas que a sociedade enfrenta, no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, resultante da dinâmica social, implantou-se em 2012, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais para a formação de oficiais de polícia de nível superior. Neste sentido, para o cumprimento deste propósito é preciso investir na construção de competências dos seus profissionais, no caso dos professores,

² Pós-doutorado em Docência Universitária e Investigação Científica pelo Instituto Universitário de Rosario - IUNIR/Argentina. PhD em Administração, na especialidade de Desenvolvimento das Organizações, 2016; Pós-graduado em Gestão Educacional, 2011; Pós-graduado em Gestão de Currículos e da Aprendizagem, 2009 e Licenciado em Ciências da Educação, na opção de História, 2005, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED - Uíge).